



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA VARA DO TRABALHO DE PALMEIRA DAS MISSÕES EM 20.05.2015

Aos 20 dias do mês de maio de 2015, compareceu à sede da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões a Excelentíssima Senhora **BEATRIZ RENCK**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada do Assessor Jurídico da Corregedoria, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, e da servidora Vera Regina Salimen Agrello, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0002178-61.2015.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pelo Juiz Titular Luís Henrique Bisso Tatsch, pelo Diretor de Secretaria Cleber Eduardo Padilha Vilande e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 28.04.1993

Data da última correição realizada: 16.07.2014

Data de Instalação do PJe: 09.04.2015

Jurisdição: Barra Funda, Boa Vista das Missões, Cerro Grande, Condor, Constantina, Engenho Velho, Lajeado do Bugre, Liberato Salzano, Nova Boa Vista, Novo Barreiro, Novo Xingu, Palmeira das Missões, Panambi, Pejuçara, Ronda Alta, Rondinha, Sagrada Família, Saldanha Marinho, Santa Bárbara do Sul, Sarandi, São José das Missões e São Pedro das Missões.

1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2014 a 20.05.2015

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Regime de Lotação

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a Vara do Trabalho de Palmeira das Missões pertence à 69ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 02 vagas de zoneamento, ocupadas pelos Juízes Substitutos **Fernando Reichenbach** e **Felipe Jakobson Lerrer**.



2.1.2 Juiz Atual

Juiz	Situação	Período
Luís Henrique Bisso Tatsch	Juiz Titular	Desde 10.10.2014

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 27.04.2015)

2.1.3 Juizes que Atuaram no Período Correcionado

Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1 Eduardo Duarte Elyseu	12.11.2012 a 26.01.2014	Juiz Titular	1 ano, 2 meses e 15 dias
	06.02 a 09.03.2014	Atuação em razão da vacância na titularidade da Vara	1 mês e 4 dias
2 Adriana Moura Fontoura	04.04 a 14.09.2014	Juíza Titular	5 meses e 11 dias
	15.09 a 05.10.2014	Atuação em razão da vacância na titularidade da Vara	21 dias
* Luís Henrique Bisso Tatsch	Juiz Titular desde 10.10.2014		
3 Giani Gabriel Cardozo	07 a 26.01.2014	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	29 dias
	27.01 a 05.02.2014	Atuação em razão da vacância na titularidade da Vara	
4 Bárbara Fagundes	10.03 a 03.04.2014	Atuação em razão da vacância na titularidade da Vara	104 dias
	04 a 27.04.2014	Atuação em razão da designação da Juíza Titular para atuar na 17ª VT de Porto Alegre	
	30.07 a 01.08.2014 04 a 13.08.2014 17.11 a 02.12.2014 02 a 29.03.2015	Atuação em razão das férias da Juíza Titular	
5 Mateus Crocoli Lionzo	14 a 28.08.2014 03 a 09.11.2014	Atuação em razão das férias do(a) Juiz(iza) Titular	22 dias
6 Felipe Jakobson Lerrer (Juiz Substituto zoneado)	10 a 16.11.2014	Atuação em razão das férias do Juiz Titular	7 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 27.04.2015)



2.1.4 Afastamentos dos Juizes Titulares durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Eduardo Duarte Elyseu	Férias	07 a 26.01.2014	20 dias
	Adriana Moura Fontoura	Férias	30.07 a 01.08.2014 04 a 28.08.2014	28 dias
	Luís Henrique Bisso Tatsch	Férias	03.11 a 02.12.2014 02 a 29.03.2015	58 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 27.04.2015)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Cleber Eduardo Padilha Vilande	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretor de Secretaria (CJ3)	06.09.1994
2	Yuri Pinheiro do Nascimento	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	16.10.2014
*	Ana Luíza Cerqueira de Melo	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	13.04.2015
*	Daniel de Souza Salim ²	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	13.04.2015
*	Adriana Jardim Correa <i>(Em férias)</i>	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	08.05.2014
3	Sirlei Terezinha Kristoschek	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	03.11.1994
4	Janice Dal Santo Da Ros	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretária de Audiência (FC03)	29.05.2007



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

5	Jefferson Doly Westphalen Michel	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	02.06.1997
6	Geison Luiz Menegaz	Analista Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	14.10.2010
7	Diogo Fortes Machado	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	15.12.2014
8	Robert Luís de Souza Conceição	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	07.01.2015
*	Divina Aparecida Caumo Serro	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	14.10.2002
*	Roni Gilberto Freitas Silveira ¹	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	08.10.2012

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.04.2015)

* Servidor ocupante de Função Comissionada de Assistente de Juiz Substituto (FC05) não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

* Servidor que ocupa cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal não conta para fins de lotação na Unidade Judiciária.

¹ Servidor registra lotação anterior na Unidade Judiciária de 17.09.1993 a 17.11.1994.

² Servidor registra lotação anterior na Unidade Judiciária de 16.06.2014 a 09.11.2014.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2012, 2013 e 2014)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
778 processos	751 a 1.000	8 servidores	9 a 10 servidores

De acordo com a Resolução nº 63/2010 do CSJT, que instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, com as alterações previstas nas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, o número atual de servidores da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões está **abaixo** do parâmetro previsto na referida norma.



2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Adriana Jardim Correa* (desde 08.05.2014)	-	-	-
Ana Luiza Cerqueira de Melo* (desde 13.04.2015)	Trabalho nas eleições	2	2
Cleber Eduardo Padilha Vilande	Curso ou Evento	10	14
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	1	
Daniel de Souza Salim (desde 13.04.2015)	-	-	-
Diogo Fortes Machado* (desde 15.12.2014)	-	-	-
Divina Aparecida Caumo Serro	-	-	-
Geison Luiz Menegaz	Curso ou Evento	4	19
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
	Licença-Paternidade	5	
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições	5	
	Trabalho nas Eleições	3	
Janice Dal Santo Da Ros	-	-	-
Jefferson Doly Westphalen Michel	-	-	-
Robert Luís de Souza Conceição* (desde 07.01.2015)	-	-	-
Roni Gilberto Freitas Silveira	-	-	-
Sirlei Terezinha Kristoschek	Curso ou Evento	8	12
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	
Yuri Pinheiro do Nascimento* (desde 16.10.2014)	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.04.2015)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correcionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.



2.2.4 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Rosicler Adriana Lourenço de Almeida	12/09/2013	27/02/2014	5 meses e 16 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de São Leopoldo
2	Deborah Rodrigues Coelho*	03/12/2012	05/03/2014	1 ano, 3 meses e 3 dias	Lotação na Vara do Trabalho de São Gabriel – Assistente de Juiz Titular (FC05)
3	Eduardo Ritzel Marcolin*	11/07/2013	09/03/2014	7 meses e 29 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Gravataí – Assistente de Juiz Substituto (FC05)
4	Sílvia Inês Miron Jappe	22/01/2013	30/03/2014	1 ano, 2 meses e 9 dias	Vacância – posse em outro cargo inacumulável
5	Henrique Tolotti Ennes	10/03/2014	07/09/2014	5 meses e 28 dias	Lotação na Secretaria de Gestão de Pessoas
6	Iriane Ossanes Rodrigues*	05/05/2014	28/09/2014	4 meses e 24 dias	Lotação na Vara do Trabalho de Camaquã
7	Daniel de Souza Salim	16/06/2014	09/11/2014	4 meses e 24 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria – Assistente de Juiz Substituto (FC05)
8	Fábio Ariotti	02/04/2012	14/12/2014	2 anos, 8 meses e 13 dias	Lotação na 26ª vara do Trabalho de Porto Alegre – Secretário de Audiência (FC03)
9	Alessandra de Souza Ost*	27/08/2014	12/04/2015	7 meses e 16 dias	Lotação na 1ª Vara do Trabalho de Sapucaia do Sul – Assistente de Juiz Substituto (FC05)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.04.2015)

* O(A) servidor(a) já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Titular/Substituto (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.



2.2.5 Estagiários

	Estagiária	Curso em Andamento	Período
1	Analice da Silva	Superior em Direito	07.10.2013 a 06.10.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.04.2015)

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Zoneados durante o Período Correccionado

	Juiz	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titulares	Eduardo Duarte Elyseu	-	-	20,5	20,5
	Adriana Moura Fontoura	-	-	26	26
	Luís Henrique Bisso Tatsch	-	-	18	18
Substitutos Zoneados	Fernando Reichenbach	-	-	15	15
	Felipe Jakobson Lerrer	-	-	135	135

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.04.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Adriana Jardim Correa	-	-	-	-
Ana Luiza Cerqueira de Melo	-	20	-	20
Cleber Eduardo Padilha Vilande*	-	60	240,8	300,8
Daniel de Souza Salim	15	-	80	95
Diogo Fortes Machado	-	20	-	20
Divina Aparecida Caumo Serro	-	5	86	91
Geison Luiz Menegaz	-	20	51	71
Janice Dal Santo Da Ros	-	28	5	33
Jefferson Doly Westphalen Michel	-	20	-	20
Robert Luís de Souza Conceição	-	20	-	20
Roni Gilberto Freitas Silveira	-	5	36	41
Sirlei Terezinha Kristoschek	-	20	58	78
Yuri Pinheiro do Nascimento	-	8	-	8



(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 28.04.2015 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestor da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	609	672	10,34%	681	1,34%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	44	33	-25,00%	38	15,15%
Pendentes de finalização na fase de execução***	855	705	-17,54%	655	-7,09%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	24	33	37,50%	30	-9,09%
Total	1.532	1.443	-5,81%	1.404	-2,70%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

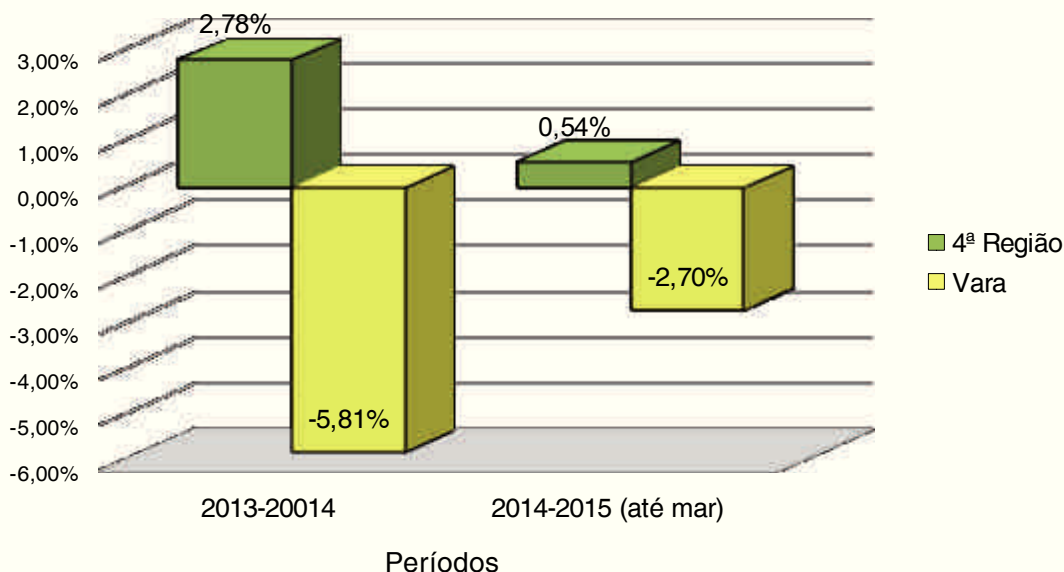
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2014, houve uma redução de 5,81% no acervo de processos tramitando na Unidade Judiciária em relação ao ano anterior. Em números absolutos, a execução foi a fase que apresentou maior redução no estoque (decréscimo de 150 processos), enquanto, o acervo de processos na fase de liquidação apresentou a maior redução percentual (25%) no período sob análise.

O decréscimo no estoque de processos da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões em 2014 denota um desempenho superior à média apresentada pela 4ª Região no período, quando registrado um aumento de 2,78% no número de processos em tramitação.



Varição percentual do acervo de processos tramitando



3.2 FASE DE CONHECIMENTO

3.2.1 Processos Pendentes de Solução

	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.03)	Varição 2014-2015
Casos novos	662	649	-1,96%	127	-80,43%
Sentenças anuladas/reformadas	8	7	-12,50%	0	-100,00%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	655	641	-2,14%	104	-83,78%
Processos pendentes de solução	263	266	1,14%	290	9,02%

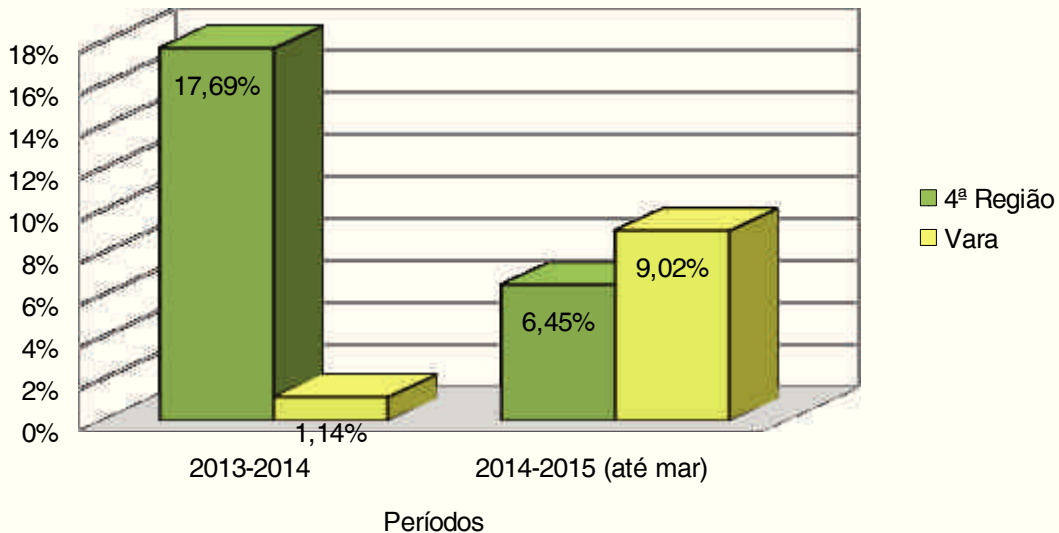
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2014, registrou-se uma elevação de 1,14% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 263 para 266 processos) – índice inferior ao verificado em toda a 4ª Região em 2014, onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento registrou aumento de 17,69%. O principal fator que contribuiu para esse ligeiro acréscimo no estoque – a despeito de ter havido uma redução de 1,96% na média mensal de casos novos, a qual passou de 55,83 processos, em 2013, para 54,67 processos, em 2014 – foi a queda de 2,14% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.



Varição percentual dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que em 31.12.2014 a maior parte destes (73,68%) se encontrava aguardando o encerramento da instrução processual. Além disso, convém destacar a existência de 06 processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido em 31.03.2015 - ao passo que inexistiam feitos em tal situação em 31.12.2014. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.03)	Varição 2014-2015
Aguardando 1ª sessão de audiência	42	43	2,38%	60	39,53%
Aguardando encerramento da instrução	175	196	12,00%	192	-2,04%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	31	27	-12,90%	32	18,52%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	15	0	-100,00%	6	-
TOTAL	263	266	1,14%	290	9,02%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)



3.2.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de conhecimento					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Palmeira das Missões – Vara	50,83%	30,25%	-40,48%	73,54%	143,09%
Média no TRT4 1ª Instância	40,94%	44,33%	8,28%	78,33%	76,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número de processos solucionados/(resíduo anterior + processos recebidos)]

A Taxa de Congestionamento na fase de conhecimento é um indicador que corresponde ao percentual de processos não julgados em determinado período em relação ao total pendente de julgamento. Tem como objetivo medir a efetividade dos Tribunais, levando-se em conta o estoque de processos pendente do período anterior, o total de casos novos que ingressaram e os casos solucionados.

A taxa de congestionamento da fase de conhecimento na Unidade Judiciária foi de 30,25% no ano de 2014, constatando-se uma redução de 40,48% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, por sua vez, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 14,08 pontos percentuais.

3.2.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2013		2014		2015 (até 31.03)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	343	52,37	344	53,67	49	47,12
	Julgado procedente	15	2,29	5	0,78	0	0
	Julgado procedente em parte	107	16,34	157	24,49	37	35,58
	Julgado improcedente	86	13,13	78	12,17	2	1,92
	Extinto	6	0,92	2	0,31	0	0
	Outras decisões	1	0,15	0	0	0	0
Sem exame de mérito	Extinto	32	4,89	24	3,74	9	8,65
	Arquivamento (art. 844 CLT)	18	2,75	17	2,65	3	2,88
	Desistência	7	1,07	8	1,25	1	0,96
	Outras decisões	40	6,11	6	0,94	3	2,88
TOTAL		655	100	641	100	104	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

Verificou-se uma redução de 14 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2014 na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 2,14%. Essa queda é similar à tendência apresentada na 4ª



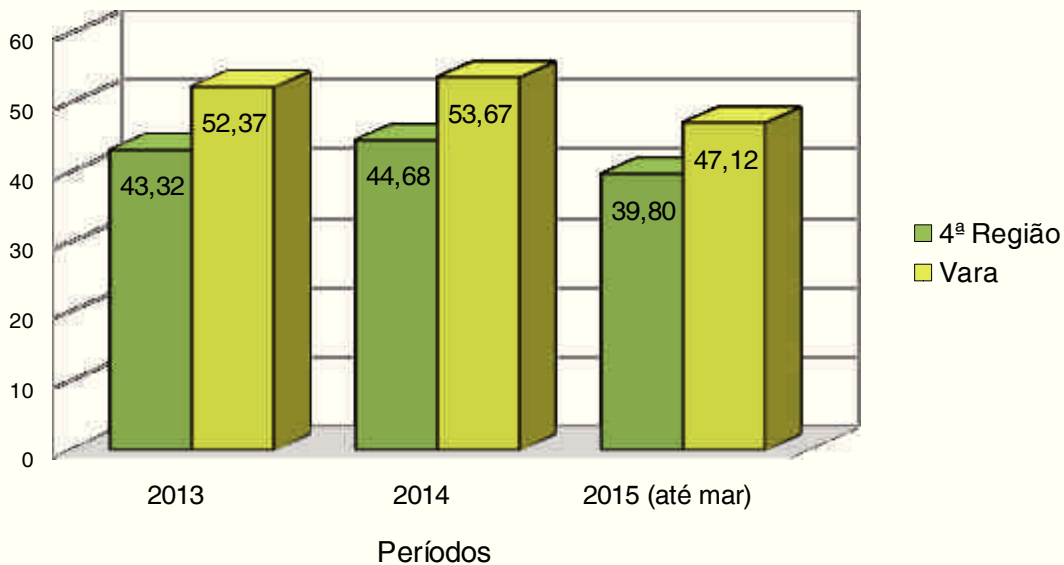
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Região, a qual apresentou uma redução média de 2,67% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2013.

Dentre os tipos de solução, constatou-se uma elevação no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2013 foram proferidas 215 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2014, esse número alcançou 242 decisões, representando um acréscimo de 12,56%. O desempenho da Unidade nesse quesito se mostra acima da média do TRT4, o qual registrou uma redução de 2,91% no número de decisões com resolução de mérito.

A análise do quadro acima demonstra, por fim, ligeira elevação no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária: em 2013, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 343, representando 52,37% dos processos solucionados; já em 2014, o número total de conciliações alcançou 344, correspondendo a 53,67% - índice novamente superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 44,68%.

Percentual de conciliações nos processos solucionados





3.3 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.3.1 Processos pendentes de liquidação

	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Iniciadas	141	97	-31,21%	19	-80,41%
Encerradas	144	104	-27,78%	13	-87,50%
Pendentes	40	33	-17,50%	38	15,15%
Arquivo Provisório	4	5	25,00%	7	40,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

O número de processos pendentes na fase de liquidação caiu de 40, em 2013, para 33, em 2014, importando em uma redução de 17,50%. Esse percentual destoa da tendência verificada em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 26.044 em dezembro de 2013 para 28.322 em dezembro de 2014 (aumento de 8,75%).

Um dos principais motivos dessa redução – a despeito de ter havido um decréscimo de 27,78% no número de liquidações encerradas em relação ao ano de 2013 - foi a queda de 31,21% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos, do que decorre uma discrepância de 7,22% entre o número de liquidações encerradas (104) e iniciadas (97) no ano de 2014.

3.3.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de liquidação (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Palmeira das Missões – Vara	38,20%	24,09%	-36,94%	75,00%	211,36%
Média no TRT4 1ª Instância	42,12%	44,16%	4,83%	74,05%	67,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

* Taxa de congestionamento = 1 - [número liquidações encerradas/(resíduo anterior + liquidações iniciadas)]

A taxa de congestionamento na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões foi de 24,09% no ano de 2014, constatando-se uma queda de 36,94% em relação ao índice do ano anterior. A seu turno, na comparação com a média da 4ª Região em 2014, o índice da Unidade Judiciária foi 20,07 pontos percentuais inferior ao congestionamento médio do TRT4.



3.4 FASE DE EXECUÇÃO

3.4.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Entrada	Iniciadas	334	193	-42,22%	26	-86,53%
	Desarquivadas para prosseguimento	391	185	-52,69%	18	-90,27%
Saídas	Encerradas	484	393	-18,80%	73	-81,42%
	Arquivadas Provisoriamente	61	231	278,69%	20	-91,34%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	9	1	-88,89%	1	0,00%
	Demais	724	404	-44,20%	365	-9,65%
	Total	733	405	-44,75%	366	-9,63%
Saldo no arquivo Provisório		308	323	4,87%	318	-1,55%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

Em 2014, o estoque de execuções pendentes na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões caiu de 733 para 405 processos, o que corresponde a uma redução de 44,75% em relação ao ano anterior. Esse índice é bastante superior à tendência apresentada na 4ª Região no período em questão, a qual registrou uma queda de 2,50% em seu acervo médio.

O principal fator a contribuir para essa redução – a despeito de ter havido um decréscimo de 18,80% no número de execuções encerradas em relação ao ano de 2013 - foi a queda de 42,22% no número de execuções iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos, do que decorre uma discrepância de 65,08% entre o número de saída de execuções (624) e o de entrada (378) no ano de 2014.

3.4.2 Taxa de Congestionamento*

Taxa de congestionamento – fase de execução (sem arquivo provisório) *					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Palmeira das Missões – Vara	43,33%	57,56%	32,85%	83,06%	44,31%
Média no TRT4 1ª Instância	69,60%	70,81%	1,74%	91,27%	28,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

* Taxa de congestionamento = $1 - \frac{\text{número execuções encerradas}}{\text{resíduo anterior} + \text{execuções iniciadas}}$

A taxa de congestionamento na Unidade Judiciária foi de 57,56% no ano de 2014, constatando-se uma elevação de 32,85% em relação ao índice do ano anterior. Na comparação com a média da 4ª Região em 2014, em contrapartida, o índice da Unidade foi inferior ao congestionamento médio do TRT4 em 13,25 pontos percentuais.



Taxa de congestionamento – fase de execução* (com arquivo provisório)					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Palmeira das Missões – Vara	69,43%	68,15%	-1,83%	90,32%	32,52%
Média no TRT4 1ª Instância	84,51%	84,91%	0,47%	95,22%	12,14%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

A inclusão dos processos arquivados provisoriamente na base de cálculo implica aumento na taxa de congestionamento da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões na fase de execução, a qual passa a corresponder a 68,15% - 1,83% inferior à taxa registrada no ano anterior. Na comparação com o índice da 4ª Região em 2014, a seu turno, a taxa de congestionamento da Unidade passa a ser 16,76 pontos percentuais menor, o que denota uma efetividade na execução acima da média regional.

3.4.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Processos com inclusão de devedor no BNDT	372	226	-39,25%	29	-87,17%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	204	304	49,02%	49	-83,88%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	854	725	-15,11%	704	-2,90%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela Vara do Trabalho de Palmeira das Missões, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.03.2015. Dessa consulta, verificou-se **não haver processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuam devedores inscritos no BNDT.



3.5 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2013			2014			2015 (até 31.03)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	60	59	3	60	52	11	8	13	6
Antecipações de tutela	18	20	1	28	29	0	5	5	0
Impugnações à sentença de liquidação	19	17	11	10	11	11	4	2	12
Embargos à execução	41	39	24	44	44	21	6	8	19
Embargos à arrematação	1	1	0	0	0	0	0	1	1
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	1	0	0	2	1	1	0	0	1

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 144 incidentes processuais em 2014 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma elevação de 2,86% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados manteve-se praticamente estável na comparação entre os anos de 2013 e 2014 (de 136 para 137). Verifica-se, por fim, que número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2014 alcançou 44 processos, saldo 12,82% maior do que em 31.12.2013 – sendo que os embargos à execução são a espécie que correspondem à maior parte (47,73%) dos incidentes então pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	0044300-04.2004.5.04.0541
Situação processual: consta do sistema inFOR a oposição, em 23.04.2012, de embargos de declaração pelo primeiro reclamado. Em 29.05.2012, foi publicado despacho no qual o Juízo apreciou a matéria ventilada nos embargos opostos pela parte ré. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.	
2	0131900-58.2007.5.04.0541
Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação de impugnação à sentença de liquidação pelo reclamante, em 25.06.2014, e de embargos à execução pela segunda reclamada, em 23.09.2014. Em 09.04.2015, foi publicada decisão na qual o Juízo acolheu o	



incidente processual apresentado pela parte autora, bem como acolheu em parte o incidente apresentado pela parte ré; todavia, no sistema informatizado foi lançado tão somente o andamento correspondente à baixa do incidente processual apresentado pelo demandado, de modo que o incidente apresentado pelo demandante segue constando como pendente de solução.

3 **0131900-58.2007.5.04.0541**

Situação processual: consta do sistema inFOR a apresentação, em 07.05.2014, de **embargos à execução** pelo primeiro reclamado. Em 13.05.2014, foi publicado despacho no qual o Juízo deixou de conhecer os embargos apresentados, na medida em que o próprio primeiro réu apresentou os cálculos de liquidação homologados pelo Juízo. Verifica-se, contudo, que não foi dado o andamento correspondente à baixa do incidente processual no sistema informatizado, de modo que este segue constando como pendente de solução.

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 15.05.2015)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.03)	Varição 2014-2015
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	46,17	41,14	-10,90%	61,61	49,77%
	Ordinário	194,05	186,64	-3,82%	194,28	4,09%
	Total	171,23	166,65	-2,67%	177,69	6,63%

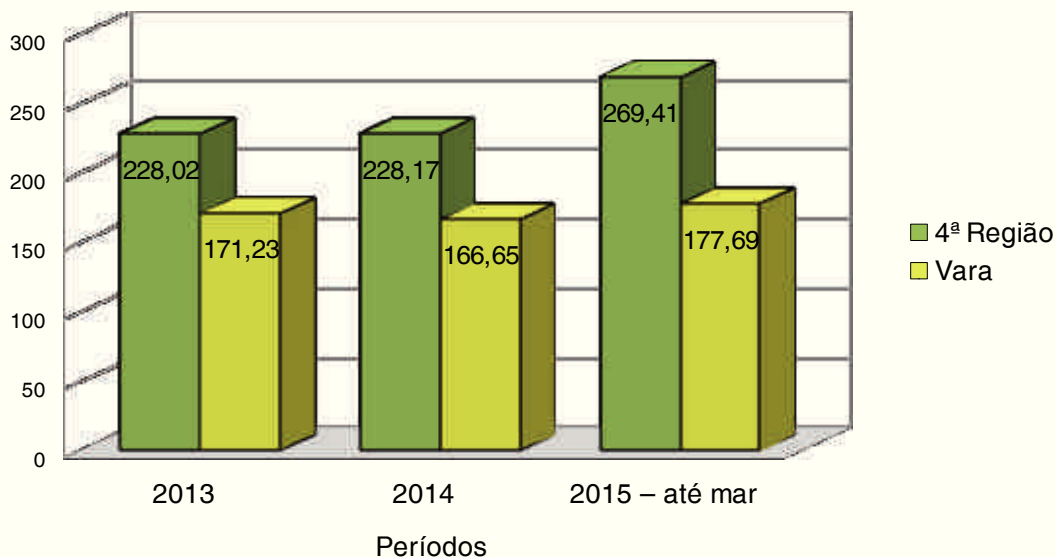
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões apresentou uma redução de 2,67%, passando de 171,23 para 166,65 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 10,90% em relação à média do ano anterior, passando de 46,17 para 41,14 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 186,64 dias, 3,82% mais célere na comparação com 2013.

Na comparação com os dados de toda a 4ª Região em 2014, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 26,96% mais célere (61,52 dias) do que a média regional.



Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.03)	Varição 2014-2015
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	72,63	52,25	-28,06%	-	-
	Ordinário	150,14	134,40	-10,48%	126,75	-5,69%
	Total	144,17	130,79	-9,28%	126,75	-3,09%

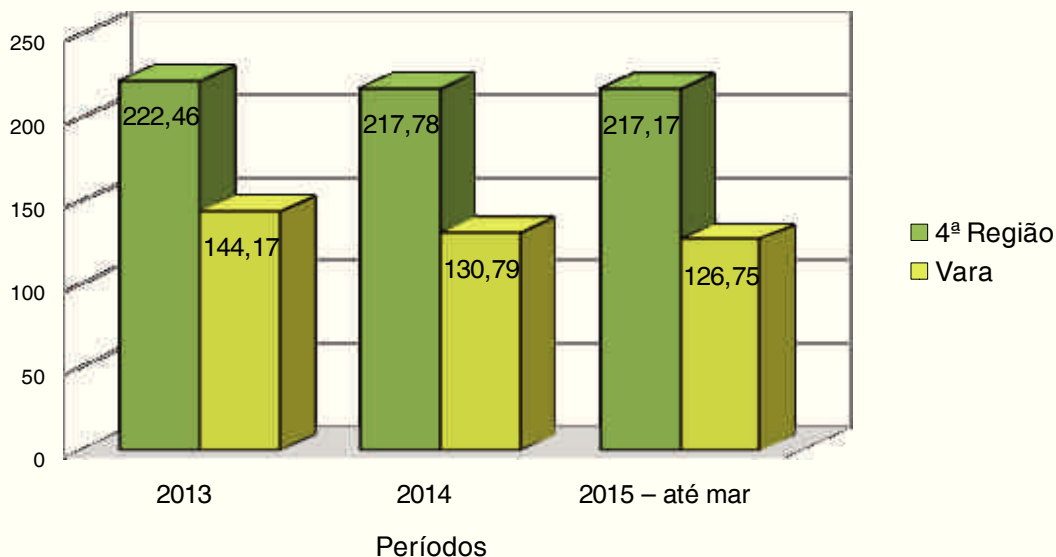
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

No ano de 2014, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 52,25 dias, o que equivale a uma redução de 28,06% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 134,40 dias, 10,48% mais célere na comparação com 2013.

Face a esses números, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária foi 39,94% mais célere (86,99 dias) do que o desempenho de toda a 4ª Região em 2014. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de liquidação



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Variação 2013-2014	2015 (até 31.03)	Variação 2014-2015
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	392,02	460,44	17,45%	700,03	52,04%
	Ente público	261,73	593,85	126,90%	2.290,00	285,62%
	Total	370,01	476,42	28,76%	749,72	57,36%

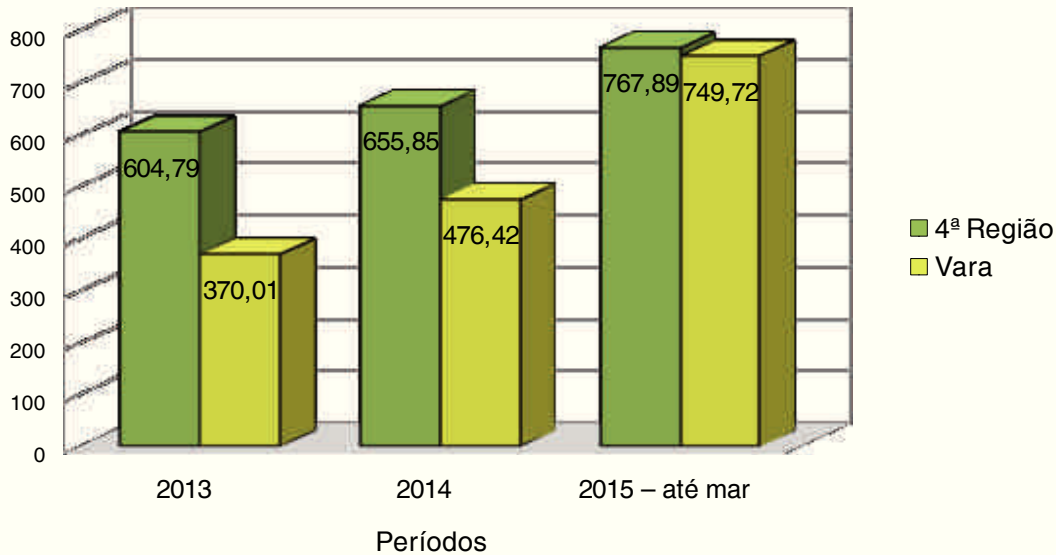
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)

O prazo médio de tramitação processual na fase de execução na Unidade Judiciária em 2014 nos processos em que o executado era ente privado foi de 460,44 dias, o qual foi 17,45% maior do que o prazo do ano anterior. Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução em 2014 foi de 593,85 dias, 126,90% mais moroso do que a média do ano anterior.

A despeito desse aumento, contudo, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2014 foi 27,36% mais célere (179,43 dias) do que a média de todas as Unidades do TRT4. Especificações no gráfico abaixo:



Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANOS ANTERIORES A 2014

5.1.1 Meta 2 - 2009: *“Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31.12.2005”.*

META 2/2009 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2005 pendentes de solução	Resultado
0 processos	Meta cumprida

5.1.2 Meta 2 – 2010: *“Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31.12.2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31.12.2007”.*

META 2/2010 CNJ	
Processos distribuídos até 31.12.2007 pendentes de solução	Resultado
0 processos	Meta cumprida



5.1.3 Meta 2 – 2012: “Julgar, até 31.12.2012, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2008”.

META 2/2012 CNJ			
Distribuídos em 2008	Nº de processos ajuizados em 2008 e já solucionados	%	Resultado
641	641	100,00%	Meta cumprida

5.1.4 Meta 2 – 2013: “Julgar, até 31.12.2013, pelo menos, 80% dos processos distribuídos em 2009”.

META 2/2013 CNJ			
Distribuídos em 2009	Nº de processos ajuizados em 2009 e já solucionados	%	Resultado
935	935	100,00%	Meta cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2014

5.2.1 Meta 1: “Julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2014”.

META 1/2014 CNJ			
Distribuídos em 2014	Solucionados em 2014	%	Resultado
649	641	98,77%	Meta não cumprida

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2014 90% dos processos distribuídos até 31.12.2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012.”

Questionário para cálculo da Meta				
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor 2011	Valor 2012
P2.1	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA , excluídos os suspensos até 31/12/2013.	Única	43	234
P2.4	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	0	1
P2.7	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que sairam da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0	0



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

P2.10	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2013 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2014.	Mensal	0	11
P2.13	Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2013	Única	43	221

*Percentual de cumprimento da meta= $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/K$, onde K=9 no período de referência até 31.12.2011 e K=8 no período de referência até 31.12.2012

META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2011	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado
111,11%	Meta cumprida*
META 2/2014 CNJ – Julgamento dos processos distribuídos até 31.12.2012	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado
123,40%	Meta cumprida*

*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%

5.2.3 Meta 5: “Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça do Trabalho”.

Observação: O Conselho Nacional de Justiça, no mês de julho de 2014, expediu a Versão 5 do Glossário das Metas CNJ 2014, na qual foi adequada a fórmula de cálculo dessa meta e foram definidos conceitos de “redução positiva” e “redução negativa”. A **redução positiva** (*percentual precedido do sinal positivo*) indica que efetivamente a taxa de congestionamento foi reduzida em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013. A **redução negativa** (*percentual precedido do sinal negativo*) indica o aumento da taxa de congestionamento em 2014 em relação à taxa média de 2012 e 2013.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor
P5.1	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1.043
P5.2	Número total de processos em fase de execução fiscal não baixados definitivamente em 31.12.2011, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.3	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	291
P5.4	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2012, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	1
P5.5	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2012	Única	312
P5.6	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2012	Única	0
P5.7	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de	Única	304



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	execução não fiscais iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013		
P5.8	Número total de processos em fase de execução fiscal iniciados em 2013, excluídos os que permaneciam suspensos até 31.12.2013	Única	0
P5.9	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente em 2013	Única	417
P5.10	Número total de processos em fase de execução fiscal baixados definitivamente em 2013	Única	1
P5.11	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	187
P5.12	Número total de processos em fase de execução fiscais iniciados no mês de referência	Mensal	0
P5.13	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	396
P5.14	Número total de processos em fase de execução fiscais baixados definitivamente no mês de referência.	Mensal	0
P5.15	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.16	Número total de processos em fase execução fiscais que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência	Mensal	0
P5.17	Número total de processos em fase de cumprimento de sentença e de execução não fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0
P5.18	Número total de processos em fase de execução fiscais que saíram da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência	Mensal	0

* **Percentual de redução - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal** = $100 - (((1 - (\Sigma P5.13 / (\Sigma P5.11 + (P5.1 + P5.3 - P5.5 + P5.7 - P5.9 + \Sigma P5.15 - \Sigma P5.17)))) * 100) / (((1 - (P5.9 / (P5.7 + P5.1 + P5.3 - P5.5))) + (1 - (P5.5 / (P5.3 + P5.1)))) / 2))$
Percentual de redução - Execução Fiscal = $100 - (((1 - (\Sigma P5.14 / (\Sigma P5.12 + (P5.2 + P5.4 - P5.6 + P5.8 - P5.10 + \Sigma P5.16 - \Sigma P5.18)))) * 100) / (((1 - (P5.10 / (P5.8 + P5.2 + P5.4 - P5.6))) + (1 - (P5.6 / (P5.4 + P5.2)))) / 2))$

META 5/2014 CNJ - Cumprimento de Sentença e Execução Não Fiscal	
Percentual	Resultado
12,00%	Meta cumprida
META 5/2014 CNJ - Execução Fiscal	
Percentual	Resultado
-33,33%	Meta não cumprida

5.2.4 Meta 6: "Identificar e julgar até 31.12.2014 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2011, no primeiro grau, e até 31.12.2012, no segundo grau".

META 6/2014 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2011 pendentes de solução	Resultado
0 processos	Meta cumprida



5.3 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.3.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.03.2015	Solucionados até 31.03.2015	%	Resultado parcial (até março)
127	104	81,89%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

Questionário para cálculo da Meta			
Id.	Pergunta	Periodicidade	Valor (até 31.03)
P2.1	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados no PERÍODO DE REFERÊNCIA , excluídos os que se encontravam suspensos em 31/12/2014.	Única	258
P2.4	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que entraram na meta por saírem de situação de suspensão ou por passarem a se enquadrar nos critérios da meta, no mês de referência.	Mensal	1
P2.7	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que sairam da meta por suspensão ou não enquadramento nos critérios da meta, que não por julgamento, no mês de referência.	Mensal	0
P2.10	Número total de processos de conhecimento não criminais distribuídos na instância no PERÍODO DE REFERÊNCIA* e não julgados até 31/12/2014 que, no mês de referência, foram nela julgados pela primeira ou única vez no ano de 2015.	Mensal	8
P2.13	Número total de processos informados em P2.1 que foram julgados pela primeira ou única vez até 31.12.2014	Única	237

*Percentual de cumprimento da meta= $((\Sigma P2.10 + P2.13) / (P2.1 + \Sigma P2.4 - \Sigma P2.7)) \times 1000/9$

META 2/2015 CNJ – Julgamento dos processos ajuizados antes de 31.12.2013	
Percentual de cumprimento da meta	Resultado parcial (até março)
105,11%	Meta já cumprida*

*A meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100%



5.3.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015 (até 31.03)	Execuções baixadas (arquivo definitivo) em 2015 (até 31.03)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até março)
26	82	315,38%	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

5.3.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 pendentes de solução	Resultado parcial (até março)
0 processos	Meta cumprida

5.3.5 Meta 7: “Identificar e reduzir, em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior.”

META 7/2015 CNJ				
Dez maiores litigantes 4ª Região, em 31.12.2014	Número de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo atual (31.03.2015)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2015 para alcance da meta	Resultado parcial (até março)
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Período de apuração insuficiente para verificar
2º Estado do Rio Grande do Sul	21	15	20	
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	5	1	4	
4º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	6	5	5	
5º União	4	4	3	
6º OI S.A.	2	2	1	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	9	2	8	o efetivo cumprimento da meta
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	2	2	1	
9º	Banco do Brasil S.A.	13	8	12	
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	

5.3.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015 (até 31.03)	Prazo médio a ser alcançado em 2015	Resultado parcial (até março)
228,17	166,65	177,69	164,98	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014.”

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015 (até 31.03)	Meta para 2015	Resultado parcial (até março)
Total de acordos	343	344	343,50	49	347	Período de apuração insuficiente para verificar o efetivo cumprimento da meta
Média mensal de acordos	28,58	28,67	28,63	16,33	28,92	



6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às terças-feiras pela manhã e à tarde e, uma vez por mês, nas segundas-feiras, pela manhã e à tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	(*) 4 (I) 2 (U) 3(P)	4 (I) 2 (U) 3 (P)	-	-	-
Tarde	(*) 4 (I) 2 (U) 4 (P)	4 (I) 2 (U) 4 (P)	-	-	-

(*) Sessões nas segundas-feiras realizadas uma vez por mês.
(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 20.5.2015)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	17.06.2015	17.06.2015
Una Sumaríssimo	02.06.2015	09.06.2015
Instrução	10.11.2015	15.09.2015
Tentativa de acordo em execução	-	-

(Fonte: Informação do Secretário de Audiências em 20.05.2015)

6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias)						
		2013	2014	Varição 2013-2014	2015 (até 31.03)	Varição 2014-2015
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	26,71	23,14	-13,35%	26,15	13,00%
	Ordinário	39,21	36,16	-7,77%	43,31	19,76%
	Total	37,26	34,21	-8,18%	41,08	20,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 23.04.2015)



As audiências iniciais no rito sumaríssimo tiveram seu prazo médio reduzido de 26,71 dias, em 2013, para 23,14 dias, em 2014 (queda de 13,35%). Por sua vez, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário caiu de 39,21 dias, em 2013, para 36,16 dias, em 2014 (redução de 7,77%).

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências determinados, o que pode elastecer a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

2014					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Adriana Moura Fontoura	219	119	23	4	365
Bárbara Fagundes	133	97	25	4	259
Eduardo Duarte Elyseu	28	23	7	2	60
Felipe Jakobson Lerrer	26	12	1	0	39
Giani Gabriel Cardozo	28	23	9	0	60
Luís Henrique Bisso Tatsch	71	51	27	2	151
Mateus Crocoli Lionzo	32	35	6	0	73
TOTAL	537	360	98	12	1.007
2015 (até 31.03)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Bárbara Fagundes	41	36	7	0	84
Luís Henrique Bisso Tatsch	47	44	9	0	100
TOTAL	88	80	16	0	184

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.05.2015)

6.5 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1, 6.5 e 6.7 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.



6.6 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2014						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Adriana Moura Fontoura	127	72	0	199	23	222
Bárbara Fagundes	74	61	0	135	8	143
Denilson da Silva Mroginski	-	1	0	1	-	1
Eduardo Duarte Elyseu	21	61	2	84	5	89
Felipe Jakobson Lerrer	8	9	0	17	1	18
Giani Gabriel Cardozo	14	13	0	27	3	30
Laura Balbuena Valente Gabriel	-	1	0	1	-	1
Luís Henrique Bisso Tatsch	59	14	0	73	11	84
Mateus Crocoli Lionzo	41	8	0	49	4	53
TOTAL	344	240	2	586	55	641
2015 (até 31.03)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Adriana Moura Fontoura	0	1	0	1	0	1
Bárbara Fagundes	20	21	0	41	7	48
Felipe Jakobson Lerrer	0	1	0	1	0	1
Luís Henrique Bisso Tatsch	29	19	0	48	9	57
Mateus Crocoli Lionzo	0	2	0	2	0	2
TOTAL	49	44	0	93	16	109

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 14.05.2015)

6.7 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz Titular Luís Henrique Bisso Tatsch		
Processos de Cognição		
0000279-88.2014.5.04.0541 (Mais antigo. Concluso em 12.12.2014: 5 meses e 9 dias)	0000076-29.2014.5.04.0541	0000693-86.2014.5.04.0541
0000383-80.2014.5.04.0541	0000326-62.2014.5.04.0541	0000353-45.2014.5.04.0541
0000277-21.2014.5.04.0541	0000328-32.2014.5.04.0541	0000352-60.2014.5.04.0541
Total: 09 processos		
Juíza substituta Bárbara Fagundes		
Processos de Cognição		
0000016-22.2015.5.04.0541 (Mais antigo. Concluso em 09.03.2015: 2 meses e 12 dias)	0000652-22.2014.5.04.0541	0000377-73.2014.5.04.0541



0000411-48.2014.5.04.0541	0035000-67.1994.5.04.0541	0000346-53.2014.5.04.0541
0000413-18.2014.5.04.0541	0000089-28.2014.5.04.0541	0000735-72.2013.5.04.0541
0000061-26.2015.5.04.0541	0000436-61.2014.5.04.0541	-
Total: 11 processos		

Juiz substituto Eduardo Duarte Elyseu		
Processos de Cognição		
0000232-51.2013.5.04.0541 (Concluso em 23.03.2015: 1 mês e 28 dias)	-	-
Total: 01 processo		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 no dia da correição)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

Tarefa executada em 48h.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

Tarefa executada em 48h.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Tarefa executada em 48h.

7.4 JUNTADA DE PETIÇÕES

Tarefa executada em 24h.

7.5 DESPACHOS DE PROTOCOLO

Na data da visita correcional estava em análise o protocolo de 18.05.2015.

7.6 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

A certificação de prazo estava em 18.05.2015.

7.7 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Tarefa executada uma vez por semana.



7.8 CONVÊNIOS

A Unidade utiliza os convênios regularmente.

7.9 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

Tarefa executada mensalmente.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0001200-04.2001.5.04.0541 ¹	17.03.2015	1 mês e 19 dias
2	0000700-06.1999.5.04.0541 ²	06.04.2015	1 mês
3	0029500-10.2000.5.04.0541 ²	14.04.2015	22 dias
4	0049300-53.2002.5.04.0541 ²	24.04.2015	12 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.05.2015)

¹ Expedida notificação para devolução dos autos e mandado de busca e apreensão.

² Expedida notificação para devolução dos autos.

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível empenho (despachos proferidos, expedição de notificações e mandados de busca apreensão de autos) pela Unidade Judiciária para a cobrança e devolução desses processos.

7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0000031-25.2014.5.04.0541 ¹	22.04.2015	14 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.05.2015)

¹ Deferida dilação de prazo requerida pelo perito, sendo que o período elástico já está vencido.

7.10.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias

	Carga OJ	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução do Mandado
1	541-00040/15	0000406-60.2013.5.04.0541	13.03.2015	1 mês e 23 dias
2	541-00078/15	0000008-50.2012.5.04.0541	06.04.2015	1 mês
3	541-00094/15	0000038-80.2015.5.04.0541	13.04.2015	23 dias
4	541-00116/15	0000047-42.2015.5.04.0541		19 dias



5	541-00117/15		17.04.2015	
---	--------------	--	------------	--

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 05.05.2015)

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para a análise realizada nos itens seguintes, extraiu-se do sistema inFOR, em 05.05.2015, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **39 processos**. O item 8.1 compõe-se de 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 100 processos aleatórios gerada pelo Sistema inFOR e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. O item 8.2 verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000160-69.2010.5.04.0541
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: Não houve movimentações processuais entre 11.03.2015, quando foi exarada a certidão da fl. 888, verso, a 24.04.2014, quando os autos foram enviados para a Corregedoria.	
2	0000273-18.2013.5.04.0541
Aspectos gerais dos autos*: Foram feitas anotações a lápis na capa do último volume dos autos. Movimentação processual: nada a apontar.	
3	0000013-38.2013.5.04.0541
Aspectos gerais dos autos*: Não foi exarado o termo de juntada do substabelecimento das fls. 247-248. Movimentação processual: nada a apontar.	
4	0000030-06.2015.5.04.0541
Aspectos gerais dos autos*: Não consta o carimbo “esta folha contém doc.(s)” no verso da fl. 223. Movimentação processual: nada a apontar.	
5	0000444-38.2014.5.04.0541
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
6	0000497-19.2014.5.04.0541
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
7	0000371-37.2012.5.04.0541
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	
8	0000064-15.2014.5.04.0541
Aspectos gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	



9	0042500-14.1999.5.04.0541
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: Não houve movimentações processuais entre 11.07.2014, quando a conta foi atualizada, a 23.09.2014, quando foi exarada certidão. Também não houve movimentações processuais entre a data citada a 03.11.2014, quando foi juntada aos autos comprovantes de recolhimento previdenciário, como se observa no verso da fl. 562. Principal Entrave. Execução. A execução iniciou em fevereiro de 2001 e não foi concluída até o momento. Ela aguarda a disponibilização de créditos em outro processo.	
10	0000069-71.2013.5.04.0541
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: nada a apontar.	

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2014.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação.

Prática	Exemplos
Ausência de prazo final do acordo	0000010-15.2015.5.04.0541
	0000255-60.2014.5.04.0541
Demora no impulso processual/registros desatualizados	0000434-91.2014.5.04.0541
	0000743-15.2014.5.04.0541
	0000095-98.2015.5.04.0541
Processo recebido de outro órgão ou CP devolvida à origem sem andamento	0000480-80.2014.5.04.0541

No exame da listagem de processos sem movimentação, foram encontradas poucas práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no inFOR, motivo pelo qual deve ser louvado o serviço que vem sendo realizado pelos servidores.

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.



8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocadamente superior ao do depósito recursal, **ordena** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que no prazo de 48 horas, indique(m) bens da sociedade (artigo 596 do CPC) ou, em não os havendo, garanta a execução, sob pena de penhora, com o fim de habilitá-lo(s) à via de embargos à execução para imprimir, inclusive, discussão sobre a existência ou não da sua responsabilidade executiva secundária.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

O PJe foi implantado na Unidade Judiciária, em 09.04.2015. Para efeito correccional, foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 12.05.2015 e 15.05.2015 e com nova verificação na data da inspeção, juntamente com o Diretor de Secretaria. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Agrupador	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos c/petições avulsas	-	-	-	20.05.2015
C/pedido de tutela não apreciados	-	-	-	20.05.2015
C/petições não apreciadas	-	01	-	20.05.2015
C/habilitações não lidas	-	-	-	20.05.2015
Mandados devolvidos OJ	-	-	-	20.05.2015
Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando cumprimento prov	-	05	20006.96.2015	13.05.2015
Aguardando cumprimento exec.	-	-	-	20.05.2015
Aguardando cumprimento liq.	-	-	-	20.05.2015



Aguardando término dos prazos	Subpasta – Of. Justiça	14	20071.91.2015	07.05.2015
Apreciar urgentes	-	-	-	20.05.2015
Controle manual prazo pós sent.	-	-	-	20.05.2015
Prazos vencidos	-	01	20027.72.2015	14.05.2015
Triagem inicial	-	01	-	20.05.2015

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe na data da correição)

Verificou-se que os processos são movimentados regularmente e, relativamente à designação de audiências iniciais, a Unidade observa o teor do art. 1º da Recomendação nº 01 de 30.01.2014 da Corregedoria (brevidade na designação da audiência para oferecimento de contestação, tentativa de conciliação e designação das provas necessárias, nos termos em que previsto nos arts. 843 e seguintes da CLT).

Observou-se boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico, boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

De qualquer forma, reiterou-se ao Diretor de Secretaria a necessidade de gerenciamento e verificação constante dos agrupadores para melhor controle da movimentação processual.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A análise das informações e dados estatísticos disponíveis no sistema e-Gestão revelou excelente desempenho da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões. O acervo de processos tem se mantido estável nos últimos três anos, com pequena redução a partir de 2014. O estoque mínimo da fase de liquidação e a redução de processos na fase de execução chamam a atenção positivamente – a propósito, o Diretor de Secretaria Cleber Eduardo Padilha Vilande relatou o que pode também ser verificado na movimentação processual da fase de execução em 2014: a unidade operou o desarquivamento de significativo número de processos ainda com pendências e procedeu a novas tentativas de pagamento por meio da utilização dos convênios, de redirecionamento nos polos passivos das execuções e também por meio da reunião de execuções com o propósito de otimizar o pagamento por parte das principais devedoras na localidade. Ademais, a unidade mostrou eficiência em relação ao apontado na ata correcional do ano anterior quanto à inscrição de devedores no BNDT. Conforme levantamento atual, não mais subsistem devedores inscritos em execuções já encerradas definitivamente. Seguindo a



mesma tendência, a unidade também se destaca pela celeridade em todas as fases processuais, cujos prazos médios de tramitação são inferiores aos parâmetros regionais, merecendo ser mencionada a fase de execução, cujo prazo médio foi 180 (cento e oitenta) dias mais célere que a média entre as unidades do Estado. A integração e colaboração entre a equipe de servidores é visível, assim como o comprometimento de todos com a qualidade do trabalho apresentado tanto externa como internamente; nesse sentido, o exame dos processos físicos revelou ausência preponderante de quaisquer equívocos ou lapsos, devendo ser elogiado o cuidado com que o trabalho é realizado.

O Diretor de Secretaria relatou à Corregedora situação que requer atenção por parte da Administração do Tribunal. Conforme mostrado presencialmente e também por meio de fotos disponibilizadas e salvas em dispositivo de *pendrive* da Corregedora, o terreno contíguo ao do prédio da Vara está sofrendo os efeitos da erosão potencializados pelo córrego que o atravessa. O fato já havia sido destacado pelo Juiz Titular Luís Henrique Bisso Tatsch e foi também mencionado pelos advogados representantes da seccional da OAB local. O quadro encontrado é realmente preocupante, na medida em que a depressão causada pela erosão no entorno do córrego está aumentando e alcançando área muito próxima dos muros do prédio da Vara. É possível constatar-se no local que a parte do muro próxima a sua base já apresenta rachaduras, assim como se percebe também certa inclinação dessa parede. O Diretor de Secretaria e o Juiz Titular sugeriram à Corregedora que fosse encaminhado pedido de avaliação técnica ao setor de engenharia do Tribunal para que, com conhecimento das medidas necessárias a serem tomadas, encaminhe-se novo pedido de providências junto à Administração Municipal.

Ao final, a Corregedora possibilitou a todos os servidores que se manifestassem, não tendo, contudo, havido manifestação e, em seguida, parabenizou a todos na Unidade pelo excelente andamento dos serviços e comprometimento.

O Juiz Titular Luís Henrique Bisso Tatsch apresentou ótima produtividade, tendo sido encontrada quantidade ínfima de processos conclusos para sentença além do prazo legal.

12 RECOMENDAÇÕES

ITEM 5.3.1 (Meta CNJ 1/2015)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2014 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.2.1), de forma que a meta CNJ 1/2014 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.



13 DETERMINAÇÕES

ITEM 3.5 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

a) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 29.05.2012, relativos à conclusão para julgamento e à apreciação dos embargos de declaração opostos pela parte ré no processo nº 0044300-04.2004.5.04.0541;

b) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 09.04.2015, relativos à conclusão para julgamento da impugnação à sentença de liquidação apresentada pela parte autora, bem como da decisão que acolheu o referido incidente, no processo nº 0131900-58.2007.5.04.0541;

c) efetue o lançamento dos andamentos informatizados, com data retroativa a 13.05.2014, relativos à conclusão para julgamento dos embargos à execução apresentados pelo primeiro réu, bem como da decisão que não conheceu do referido incidente, no processo nº 0131900-58.2007.5.04.0541.

Além disso, recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

ITEM 6.7 - SENTENÇAS COM PRAZO EXCEDIDO

Determina-se que o Juiz **Luís Henrique Bisso Tatsch** profira as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias, listados no item 6.7 deste relatório correcional, com a maior brevidade possível, observada a ordem cronológica de conclusão.

Cientifiquem-se os Juízes Substitutos **Eduardo Duarte Elyseu e Bárbara Fagundes** acerca dos processos conclusos há mais de 50 dias indicados no mesmo item deste relatório para que profiram as sentenças com a maior brevidade possível, observada a ordem cronológica de conclusão.

ITEM 7.10.2 - PERITOS – CARGAS VENCIDAS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.

ITEM 7.10.3 - MANDADOS – PRAZOS VENCIDOS HÁ MAIS DE 10 DIAS

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados no item 7.10.3 deste relatório correcional,



em como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR.

ITEM 8.1 - ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote como prática o zelo pelos autos dos processos que tramitam na Unidade Judiciária, evitando anotações na capa, que deverá ter sua conservação mantida de forma satisfatória (art. 74 da CPCR);
- b) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC;
- d) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR.

8.2 - IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em **39 processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardando cumprimento de acordo, pagamento de precatório, andamento de outros processos ou decurso de prazo). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados (processos nº 0000010-15.2015.5.04.0541, nº 0000255-60.2014.5.04.0541);
- b) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito (processos nº 0000434-91.2014.5.04.0541, nº 0000743-15.2014.5.04.0541, nº 0000095-98.2015.5.04.0541);
- c) dê andamento à carta precatória devolvida (processo nº 0000480-80.2014.5.04.0541).

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com os Juízes e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões, das 14h às 15h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer



interessados para tratarem de questões referentes a essa Vara do Trabalho. Compareceram os advogados Eduardo Branchier e Sérgio Vieira, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Subseção da OAB de Palmeira das Missões, os Conselheiros da entidade, advogados Henrique Moraes e Thiago Medeiros e o advogado Valdecir Lopes da Silva, que relataram à Corregedora sua preocupação com a vala criada no terreno contíguo ao da Vara, conforme também já mencionado pelo Diretor de Secretaria e pelo Juiz Titular. Os advogados manifestaram, também, sua satisfação com a qualidade do trabalho apresentado pelos servidores da Vara, assim como elogiaram a atuação do Juiz Titular.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

O Diretor de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Titular Luís Henrique Bisso Tatsch, pelo Diretor de Secretaria Cleber Eduardo Padilha Vilande e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Rodrigo Velleda Lazaro da Silva, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

Beatriz Renck

Corregedora Regional